

# HISTÓRIA E REGIÃO: TÓPICOS DE HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL\*

Erivaldo Fagundes Neves  
Doutor em história pela UFPE  
Professor pleno da UEFS

## RESUMO

Este artigo discute a noção de construção social do espaço, região como socialmente construído; destaca especificidades regionais do Nordeste do Brasil; e focaliza o local e o regional como recortes espaciais válidos para a pesquisa histórica. Depois de caracterizar o recurso metodológico da História Regional e Local, compara os seus postulados com os da Micro-História.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço, Região, História Regional e Local, Micro-História.

## ABSTRACT

This article discusses the notion of social construction of place, region as socially constructed; it highlights specificities of the Northeast of Brazil; and it focuses on the regional and local aspects as cuttings valid space for the historical research. After characterizing the methodological resource of the regional and local history, it compares their postulates with the micro-history.

**KEY WORDS:** Place; Regional and Local History; Micro-History.

---

\* Agradecimentos a: Aruã Silva de Lima, Jhonatas Lima Monteiro, Larissa Penelu Bittencourt Pacheco, Rodrigo Osório Pereira e Sidnara Santana Souza, alunos da disciplina Tópicos em História Regional e Local, do Curso de Mestrado em História da UEFS, pelas leituras e discussões.

Definem-se a historicidade das atividades cotidianas dos grupos sociais pelo lugar e tempo das suas ocorrências. A localidade se constitui no espaço onde uma comunidade se estabelece e se desenvolve. Configura, portanto, uma construção humana, empreendida em organizações comunitárias, com identidades internas e vinculações externas, de modo que extrapola as circunscrições projetadas por governantes, técnicos, estudiosos e incorpora fatores históricos de natureza social, econômica, política e cultural.

A noção de espaço leva à compreensão das relações sociais, tanto conflituosas, quanto consensuais nele desenvolvidas e permite entender os modos de vida com as suas tensões, interações e as interpretações que deles fazem. A construção de uma localidade, por ser atividade de um grupo humano, envolve: constituição de articulações sociais (interatividade e complementaridade); de identidade cultural (sentimento de pertencimento); de especificidade do político (representações, instituições); e de conexão entre as diferentes escalas da organização social (família, classe e intercâmbios extra-grupais). Através do estudo da evolução familiar podem-se reconstituir articulações comunitárias no tempo e no espaço, com a suas inserções nas histórias locais, regionais ou nacionais, conforme a extensão das suas representatividades. Para a história é imprescindível que o espaço tenha representação social, seja definido por um exercício de poder e a comunidade nele estabelecida, seja caracterizada por vínculos culturais, de consangüinidade e de vizinhança. A antropologia, que tem a herança do passado como fundadora, possui traços de identidade imutáveis da localidade no presente. Entretanto, essa incorporação pode-se transformar, por acidente ou intervenção brusca, numa agressão que compromete a totalidade e a permanência da identidade local, com implicações nos registros do cotidiano pretérito do grupo social estudado. Para a história e a sociologia, uma aldeia do antigo regime, como descreveu Braudel, ou o nascimento de uma cidade, como explicou Weber, correspondem à constituição de configurações sociais que implicam em fenômenos, políticos, econômicos, jurídicos, culturais e envolvem agentes individuais e coletivos (BOURDIN, 2001, p. 25-57).

Através da geografia vislumbra-se o espaço como: “categoria do entendimento”, destituída de existência empírica; “atributo dos seres”, sem especificidade geográfica; e ser “específico do real”. Nele apreende-se a relação homem-meio como: “determinista” (influência do meio sobre o homem); “possibilista” (interferência dos fenômenos humanos

na transformação das condições naturais). O espaço constitui um fato social, resultado da ação humana, uma natureza socializada que interfere no processo social pelo seu caráter histórico e para lhe atribuir a historicidade possível de ser construída, numa interação temporal (SILVEIRA, 1990, p. 17-42).

De modo mais amplo que numa localidade, a idéia de região fundamenta-se também no espaço e no tempo, com uma perspectiva social e se associa à noção de sistema nas relações entre grupos humanos articulados interna e externamente. Região constitui uma unidade de análise territorial (teórica) e da organização social no espaço físico (empírica). Dessa acepção surgiu a idéia de região como um subsistema do nacional, que deu origem ao conceito de “desequilíbrios regionais”, objeto da ação proposta pelo GTDN (Celso Furtado) com o instrumento do planejamento, através da SUDENE (SILVEIRA, 1990, p. 17-42).

A concepção de desequilíbrios regionais foi, posteriormente, substituída pelo conceito de desenvolvimento regional sustentável, para exprimir um devir ou “um vir-a-ser desejável do processo de desenvolvimento”, que passou a traduzir “rumos e intenções dificilmente conciliáveis” e “a sugerir dimensões e pretensões muito diversas”, “desde a melhoria das condições de sobrevivência de uma pequena comunidade até uma utopia revolucionária globalizante” (FELDMANN & BERMARDO, 1994, p. 143-165).

O planejamento governamental incorporou a idéia de sustentabilidade numa acepção que englobaria “as dimensões econômica, social e política” nos “avanços das economias regionais”. Definiu o desenvolvimento regional sustentável, como um processo que seria “economicamente eficiente, socialmente justo, ambientalmente responsável e politicamente fundamentado na participação da sociedade”. Ele exigiria um enquadramento espaço-temporal com avanço a longo prazo e se operacionalizaria, inter e intra-regionalmente, com a “continuidade e permanência das ações”; “preocupação com os estoques de recursos naturais; e solidariedade entre as gerações atuais e futuras em diferentes espaços” (BAHIA, 1995, p. 1-31). Nessa ambigüidade conceitual, o desenvolvimento regional sustentável tanto poderia ser um instrumento para se “reconhecer e descrever os vínculos entre degradação ambiental, iniquidade social e o atual estilo de desenvolvimento”, quanto para encaminhar “as possíveis soluções para o campo de mudanças tópicas nos padrões de produção, na tecnologia, nos modelos de gestão, na *performance* das políticas sociais, etc.” (FELDMANN & BERMARDO, 1994, p. 143-165).

Para os que se apóiam na teoria do valor, região significa o espaço de articulação dialética de “uma forma especial de reprodução do capital e, por conseqüência, uma forma especial de luta de classes”, lugar onde se articulam o econômico e o político para assumir “uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição” (OLIVEIRA, 1977, p. 29). O “espaço social” constitui, pois, “uma das categorias de existência material da totalidade nas relações sociais”; o “espaço socioeconômico”, resultado da “articulação de espacialidades próprias às relações definidas nas diferentes instâncias de diferentes modos de produção existentes na formação social” (LIPIETZ, 1988, p. 23; MARTINS, 1987, p. 23-55).

O vago conceito de região, pela imprecisão dos seus limites espaciais, não desvenda um sistema de relações explícitas ou implícitas como os de classe social ou capitalismo. Uma região define-se do mesmo modo que uma localidade, em relação aos seus componentes de tempo, espaço, etnia, cultura, atividade econômica e, por isto, os elementos históricos da sua caracterização não correspondem aos de outro recorte regional (GERBARA, 1987, p. 13-22). Como uma fração mais ampla da espacialidade historicamente construída por uma multiplicidade de fatores, uma região resulta sempre da interveniência das redes de poderes econômicos, políticos, militares, eclesiásticos ou de segmentos sociais. Nesta perspectiva, a idéia de região como parte ou parcela, orienta-se pela noção de totalidade (histórica, geográfica, econômica, social, política) à qual ela integra e, desse modo, fica a depender da totalidade tomada como referência e dos fatores intervenientes considerados na sua definição.

A categoria região, do mesmo modo que a de sertão, é portadora de sentidos históricos, geográficos, sociológicos, antropológicos e de outros campos do conhecimento, com desdobramentos interdisciplinares e transdisciplinares. Com essa carga polissêmica, cada recorte espacial, por ser socialmente construído, revela uma diversidade de características específicas dos viveres e saberes ali praticados, mas, por ser resultado da ação humana traz também facetas comuns a espaços de outras comunidades e deve ser avaliado o seu encaixar na relação de alteridade inter-grupal para identificação de semelhanças e diferenças. Nestas circunstâncias, a delimitação de um espaço, regional ou local, pressupõe “a identidade dos poderes” nele exercidos, dos “sinais que exprimem o seu âmbito” e dos

registros ou memórias que expressam as reações do grupo social a ele submetidos (MATTOSO, 1997, p. 169-194).

Até recentemente, os historiadores em geral, e os da Península Ibérica e da América Latina, em particular, reportavam-se à história regional e local como um recurso desprezível da pesquisa histórica, uma solução para registros de memórias e crônicas históricas de párocos, professores de cursos propedêuticos, curiosos e eruditos locais. Somente interessavam aos historiadores profissionais os fatos que, de algum modo, influíram na história nacional e os acontecimentos locais influenciados por essa história mais geral (BARBOSA, [1993], p. 31-54). Eles negavam quaisquer méritos ao objeto local como artifício da investigação histórica (MARTÍN GELABERT, 2001, p. 97-149). Desqualificavam cientificamente os memorialistas e cronistas regionais e locais e denunciavam as deficiências metodológicas e debilidades teóricas dos seus estudos.

A história regional e local evoluiu, portanto, de uma situação de desprezo para outra de relativo sucesso acadêmico, com o desenvolvimento de processos de investigação histórica, pela pesquisa universitária e fundamentações epistemológicas, que conferiram credibilidade às elaborações históricas regionais e locais. Em Portugal, por exemplo, ganhou foro de atividade científica a partir do Colóquio sobre Áreas Regionais Portuguesas, promovido pela Academia Portuguesa de História, em 1975 (BARBOSA, [1993], 31-54) e desde então, difundiu-se como método válido para a produção historiográfica.

No Brasil, depois algumas discussões suscitadas por trabalhos apresentados em seminários, congressos e simpósios, a questão regional, de modo mais amplo e a história regional e local, mais especificamente, tornaram-se temas exclusivos de eventos. Em 1982, por exemplo, o Curso de Mestrado em Sociologia do Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco promoveu o seminário “Nordeste – Estrutura Econômica e Social, Desenvolvimento e Processos Políticos”, cujos textos apresentados foram reunidos em livro (MARANHÃO, 1984). Ressalta-se que, em Pernambuco, a temática regional vinha em debate desde as primeiras décadas dos séculos XX, com a proposta de uma regionalização que assegurasse centralidade de/para Recife. Como resultado desse regionalismo pernambucano instituiu-se a região Nordeste, que se firmou pelas suas características geofísicas, econômicas, sociais e, sobretudo, culturais e ganhou maior projeção a partir do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, com o

estudo do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, coordenado por Celso Furtado.

Duas mesas-redondas, em julho de 1985, marcaram a definição do campo de conhecimento que ainda se apresentava como História Regional, como objeto de estudo no Brasil: “A Questão Regional é Relevante para as Ciências Sociais?”, realizada pelo Núcleo de Estudos Regionais e Centro de Memória da UNICAMP, na cidade de Águas Claras, em São Paulo, sob a coordenação de José Roberto do Amaral Lapa, que reuniu os textos apresentados em livro (GERBARA, 1987); e “História Regional”, promovida no XIII Simpósio da Associação Nacional de Professores Universitários de História, na cidade de Curitiba, no Paraná, cujos textos que nortearam os debates também deram origem a um livro (SILVA, 1990). A aceitação acadêmica e a qualificação metodológica da história regional e local, não decorreram, pois, do reconhecimento de eventuais méritos dos cronistas e eruditos locais, mas da instituição e subsequente generalização dos estudos pós-graduados em história, em todo o hemisfério ocidental, e da consequente evolução dos métodos da elaboração historiográfica.

Na formulação contemporânea, a história regional e local tem seu mais remoto antecedente nas anotações sobre *histoire rurale régionale et histoire locale*, de Marc BLOCH (1961, p. XXX-XXXIII), que se desenvolveu posteriormente como desdobramento da *nouvelle histoire* francesa, com as monografias de Emmanuel Le Roy e Pierre Goubert, elaboradas como paradigmas de uma história regional geral, para abordar as regiões econômicas mundiais. Apoiava-se na perspectiva da longa duração braudeliana, mas a dimensão geográfica apenas a emoldurava introdutoriamente, sem o papel de condutora da idéia. O seu objeto de estudo (o homem no seu cotidiano historicamente construído) distinguiu-se do que se propunha estudar no paradigma inicial (o espaço) (HUNT, 1992, p. 4), para situar-se nas ações humanas urdidas no espaço de uma região ou localidade.

Como qualquer outra metodologia da pesquisa histórica, a da história regional e local apresenta deficiências e méritos. Por isto, requer aplicação adequada às fontes e aos objetivos. Acusam-na, por exemplo, de apresentar uma perspectiva caleidoscópica da realidade histórica com o enfoque de pequenos recortes espaciais. Há, também, quem a situe com o embasamento teórico e metodológico que a consolidou, entre os níveis estatal e familiar, com a função de vincular o local com o supra-local (MARTÍN GELABERT,

2001, p. 97-149). Nestas circunstâncias, ela deve oferecer alternativas de análise, como a identificação de diferenças e a possibilidade de abordagem de especificidades e particularidades do cotidiano comunitário e articular o individual com o social (AMADO, 1990, p. 7-15), fatores fundamentais dos estudos comparados, agrários ou urbanos, e de outros não alcançados pelos enfoques sistêmicos ou de grandes recortes espaciais que procuram identificar semelhanças na totalidade histórica do nacional e do universal.

A história regional e local constitui-se, portanto, numa proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades conectadas historicamente num território, conscientes do pertencimento a ele, integradas, portanto, em afinidades territoriais, consangüíneas, políticas, culturais e econômicas, com a identificação das suas interações internas e articulações exteriores, na perspectiva da totalidade histórica, como meio de se alcançar o conhecimento de viveres e saberes em dimensões inatingíveis por outras abordagens sistêmicas ou de abrangências espaciais mais amplas (NEVES, 2002, p. 45).

A metodologia dos estudos regionais e locais pode ser aplicada tanto a uma região continental (África Ocidental), quanto a uma nacional (Nordeste do Brasil), provincial/estadual (Capitania de Ilhéus, Chapada Diamantina) e até mesmo municipal (Caetité, Feira de Santana) ou a um bairro (com os artifícios da história urbana) e uma fazenda (com os recursos da história agrária). Desse modo, a história regional e local, com o enfoque sobre o cotidiano de pequenos mundos ou grupos sociais que como tais se identificam, procura alcançar a totalidade histórica com a identificação e problematização das interconexões locais, regionais, nacionais, continentais e universais. Nessa perspectiva, a investigação histórica regional e local deve recorrer ao método comparativo, com o confronto dos dados de uma região com os de outra, identificação de eventuais diferenças e particularidades de cada uma delas. A comparação “não só serve para estabelecer fatos sobre os quais não há dados diretos nas fontes, mas também para apoiar hipóteses sobre explicações causais e para tirar conclusões gerais” (TOPOLSKY, 1992, p. 366).

Paralelamente ao desenvolvimento da metodologia da história regional e local na França, articulou-se, na Itália, o recurso da micro-história, definida pela redução da escala de observação, também para se perceber aspectos inatingíveis por outras metodologias, e não apenas pelo espaço ocupado por um grupo social que se estuda. Ela não necessita do micro-

recorte espacial, porque se dedica tão somente a fenômenos sociais alcançáveis nesses limites.

A matriz metodológica da micro-história desenvolveu-se com os estudos de cultura, especificamente na interação entre o popular e o erudito nas ações cotidianas, reveladoras da dinâmica do saber, capaz de transpor a estratificação social. Além de se embasar na idéia de “paradigma indiciário”, fundamenta-se na concepção de “análise intensiva” dos detalhes e na de “redução de escala” do objeto de estudo, desenvolvidas na Itália por Carlo GINZBURG (1989, p. 143-179) e Giovanni LEVI (1992, p. 133-161) (LIMA, 2006, 277-363). Suas proposições apoiaram-se nos conceitos da “circularidade cultural”, da “intertextualidade” e da “polifonia de registros discursivos que pode se esconder em um texto ou enunciação”, de acordo com os estudos lingüísticos de Mikhail Bakhtin, na análise do discurso com a identificação das “regularidades discursivas” e “modalidades enunciativas”; no método genealógico de investigação elaborado por Michel Foucault, para estudos das relações de poder em prisões, manicômios e hospitais; e na psicanálise freudiana.

Entretanto, em estudo posterior, Ginzburg não citou Bakhtin nem Foucault e lembrou que o mexicano Luís González y González distinguira “a micro-história da *petite histoire*, anedótica e desacreditada”; e reafirmara a identidade com “a chamada história local”, “na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos”, que Nietzsche definira como “antiquária ou arqueológica”. González y González apresentara, no México, o método de estudo do “mundo centrado na família ou na aldeia”, como “história local” (GINZBURG, 2007, p. 249-279).

Há diversas concepções de micro-história. Jacques REVEL (1998, p. 15-38) destacou a “recepção” norte-americana, baseada no “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg e a “versão” francesa, que seria “uma interrogação sobre a história social e a construção de seus objetos”. Nessa diversidade, o objeto de estudo da micro-história pode ser uma prática social específica, a trajetória de um agente histórico, uma ocorrência qualquer, algo que possa revelar fenômenos sociais ou culturais. Ela promoveu o indivíduo a objeto da história social e, desse modo, não estuda a comunidade, mas o que através dela pode-se alcançar. Focaliza uma micro-realidade para tentar compreender aspectos de um macro-universo. Importa mais o que observa, a escala e a intensidade da observação, que a unidade

observada. Procura, pois, alcançar algo de validade para toda a sociedade, num fragmento do social, num recorte temático transversal.

A história regional e local e a micro-história constituem recursos metodológicos distintos, com instrumentos de análise e procedimentos próprios no empreendimento da investigação histórica. Suas diferenças sobressaem-se mais que as eventuais semelhanças, como o estudo de pequenos recortes espaciais por um lado e a redução da escala de observação por outro, ambos com o objetivo de alcançar fenômenos inatingíveis pelos estudos de grupos sociais em grandes recortes espaciais ou pelas macro-análises. A história regional e local procura descobrir com a análise do cotidiano de uma comunidade, as suas relações com a totalidade histórica; a micro-história, na investigação intensiva de fragmentos do cotidiano comunitário ou de um indivíduo, tenta identificar macro-fenômenos sociais. As duas metodologias partem, portanto, da análise de uma particularidade tomada como paradigmática para a perspectiva de totalidade para uma, ou visão do geral, para a outra.

Embora a história regional e local tenha como objeto de estudo o cotidiano de agentes históricos, para alcançar viveres e saberes do passado de grupos humanos nos seus respectivos contextos espaciais, sociais, políticos, econômicos e culturais e a micro-história vise apenas fenômenos reveladores das relações desses grupos, as duas metodologias tentam desvendar facetas do cotidiano social em todas as estratificações, independente da relação desses agentes históricos com as instâncias dos poderes aos quais se vinculam ou se submetem.

Dito de outro modo, como dessemelhanças destacam-se as opções da história regional e local pela totalidade histórica a partir do pequeno mundo de um grupo social historicamente construído num determinado tempo e lugar, enquanto a micro-história prefere analisar fragmentos de ocorrências históricas na forma de recorte temático, através de uma pequena comunidade sem, necessariamente, recorrer ao espaço onde os fatos ocorreram. Em outras palavras: a história regional e local define seu objeto de estudo pelo pequeno recorte espacial; a micro-história, pelo micro-recorte temático. Enquanto a primeira dedica-se à descrição e análise do cotidiano passado de uma comunidade, com embasamento em documentos municipais, paroquiais, cartoriais e particulares (NEVES, 2002, p. 95-103), a segunda, para seguir a trilha metodológica de François Furet, que recomendou a rejeição do etnocentrismo e da teleologia (GINZBURG, 2007, p. 249-279), transmitidos pela

historiografia do século XIX, apoia-se na antropologia cultural de Clifford Geertz para realizar a pesquisa intensiva em pequena escala (LEVI, 1992, p. 133-161) e, “com um componente histórico mais forte”, na obra antropológica de Marshall Sahlins (1990), tomada por muitos como “modelo para a investigação histórica” (IGGERS, 1998, p. 85). De modo esquemático pode-se dizer que a metodologia da história regional e local restringe o espaço e dilata o tempo da investigação, a da micro-história reduz a escala da observação e intensifica o detalhamento da análise; a história regional e local vislumbra o pequeno mundo de uma comunidade na sua relação com outros grupos sociais semelhantes e com a totalidade histórica, a micro-história vê na comunidade um meio de compreender aspectos específicos da sociedade mais amplamente (BARROS, 2004, p. 152-179); enfim, para a história regional e local importa a unidade observada, o espaço socializado, o cotidiano compartilhado, para a micro-história, a escala da observação numa análise intensiva dos indícios, dos detalhes, das ocorrências secundárias.

## BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Janáina. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990.
- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. Modelo teórico-metodológico; Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS. *Cadernos CAR*. Salvador, n. 5, p. 1-31, nov. 1995.
- BARBOSA, Pedro Gomes. História e memória local. In: \_\_\_\_\_. *Lisboa, o Tejo, a terra e o mar* (e outros estudos). Lisboa: Colibri, [1993].
- BARROS, José d'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Tome deuxième. Supplément établi par R. Dauvergne d'après les travaux de l'auteur. Paris: Librairie Armand Colin, 1961, p. XXX-XXXIII.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- FELDMANN, Fábio; BERMARDO, Maristela. Desenvolvimento sustentável no Brasil (as pedras no caminho do possível). *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília (IPEA), n. 11, p. 143-165, jun./dez. 1994.
- GERBARA, Ademir. A importância dos estudos regionais para as Ciências Sociais. In: GERBARA, Ademir [et al]. *História Regional: uma discussão*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.
- GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: \_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GTDN – Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do Nordeste. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. 2. ed. (1. ed. Rio de Janeiro: DIN, 1959). Recife: SUDENE, 1957.
- HUNT, Lynn. História cultura e texto. In: \_\_\_\_\_ (Org). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- IGGERS, Georg G. *La ciência histórica en el siglo XX: las tendencias actuales, una visión panorámica y crítica del debate internacional*. Barcelona: Idea Books, 1998.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MARANHÃO, Sílvio (Org.). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MARTÍN GELABERT, Miquel. Historiadores Locales y historiadores universitarios. La historiografía española en su contexto internacional, 1948-1965. In: CABRERA ACOSTA, Miguel Ángel [et al]. *Lecturas de la Historia*. Nueve reflexiones sobre história de la historiografía; FORCADELL, Calos y PEIRÓ, Ignacio (Coord.); Zaragoza: institución “Fernando el Católico”, 2001.
- MARTINS, Paulo H. N. Estado, Espaço e região: novos elementos teóricos. In: GERBARA Ademir [et al]. *História regional: uma discussão*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.
- MATTOSO, José. A história regional e local. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Estampa, 1997.
- NEVES, E. F. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)lição: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: \_\_\_\_\_ (Org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SILVA, Marcos A. da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990.
- TOPOLSKY, Jerzy. *Metodología de la historia*. Madrid: Catedra, 1992.